



## **Democracia e Participação no Capitalismo**

**Entrevistas com as Professoras Raquel Raichelis e Rebecca Abers**

### **E MAIS:**

**A Qualidade da Participação. Quem são os Responsáveis?**

Artigo de Evelina Dagnino

**Espaço do Aluno:** Resumos de TCCs, Dissertações e Teses

**POLITIZANDO Recomenda:** Indicações de livros e filmes

## EDITORIAL

A sétima edição do **POLITIZANDO** constitui uma iniciativa conjunta do NEPPoS/CEAM/UnB e do Grupo de Pesquisa Democracia, Sociedade civil e Serviço Social (GEPEDSS), que foi criado na Universidade de Brasília em novembro de 2010. Nessa edição temos como proposta analisar os desafios da democracia participativa no capitalismo e na cultura política brasileira a partir do olhar de intelectuais estudiosos da temática de diferentes áreas do conhecimento no sentido de aprofundar o debate sob uma visão pluralista. Buscamos levantar questões sobre a temática, bem como provocar reflexões sobre os desafios da democracia no contexto da sociedade brasileira, sempre mantendo posicionamento crítico e propositivo diante da conjuntura atual hegemonicamente marcada por uma democracia representativa e liberal. Para isso contamos com o artigo da Prof<sup>a</sup>. Evelina Dagnino, cientista política da Unicamp, que chama atenção para a qualidade da participação e as dificuldades do governo em partilhar o poder de decisão com a sociedade. O artigo demonstra a ampliação de espaços de democracia participativa que integram o processo de formulação de políticas públicas, porém, revela um paradoxo apontado pelos limites da qualidade da participação originado de um "estatismo tecnicista" do governo e da disputa entre projetos políticos que sabotam os espaços participativos. A autora analisa esse paradoxo refletindo sobre as saídas desses obstáculos, já crônicos, na participação da sociedade e sobre os limites do Estado Brasileiro com sua "inadequação à democracia participativa" a partir da "inefetividade do Estado Democrático de Direito". O artigo mostra esses desafios presentes nas estruturas estatais que impedem avanços na qualidade da participação. Na seção *Opinião* entrevistamos as Professoras Raquel Raichelis e Rebecca Abers que enriqueceram esta edição discutindo a relação entre democracia representativa e participativa e apontando a crise de representação e a formação de arranjos participativos no contexto marcadamente neoliberal no qual se apresentam tendências entre projetos políticos disputando o terreno da participação. A questão central foi entender a relação entre democracia representativa e participativa e particularmente a inserção dos assistentes sociais nessas novas demandas na gestão pública nas quais "a luta pela afirmação dos direitos é hoje também uma luta contra o capital". Nesse número do Boletim o aprofundamento do tema compreende recomendações de livros, filme, teses, dissertações e trabalhos de conclusão de cursos indicados pelo GEPEDSS.

Prof<sup>a</sup>. Angela Vieira Neves

Coordenadora do GEPEDSS/SER/IH/UnB

Editora responsável por esta edição

## TOME NOTA!

**26/maio/2011**

I Congresso de Geriatria e Gerontologia do Espírito Santo

Local: Hotel Golden Tulip  
Vitória/ES

<http://www.visioneventos-es.com.br/eventos-detalhes.php?id=74>

**23 a 27/agosto/2011**

V Jornada Internacional de Políticas Públicas

Local: Universidade Federal do Maranhão (São Luís/MA)

Informações:

<http://www.joinpp.ufma.br/index.php>

**15/setembro/2011**

V Encontro Internacional de Economia Política e Direitos Humanos

Local: Buenos Aires - Argentina

Informações:

<http://www.madres.org/navegar/nav.php?idsitio=6&idcat=39&idindex=49>

**07 a 10/Dezembro/2011**

VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Local: Brasília/DF

Informações:

<http://www.mds.gov.br/cnas/viii-conferencia-nacional>

## EXPEDIENTE:

**Editora responsável:** Camila Potyara Pereira **Comissão Editorial:** Carlos Lima, Potyara A. P. Pereira, Marcos César Alves Siqueira, Maria Auxiliadora César e Vitória Góis de Araújo **Bolsista:** Tázya Coelho Sousa **Editora responsável por esta edição:** Angela Vieira Neves **Revisão:** Marcos César Alves Siqueira **Criação e Diagramação:** Camila Potyara Pereira **Imagem da Capa:** <http://www.photorack.net/>. POLITIZANDO (ISSN 1984-6223) é uma publicação quadrimestral do NEPPoS/CEAM/UnB. Todos os direitos reservados..



**Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPoS/CEAM/UnB)**

Universidade de Brasília - Campus Universitário Darcy Ribeiro - Pavilhão Multiuso I, Gleba A, Bloco A. Asa Norte. CEP: 70910-900. Brasília/DF. Tel: +55 (61) 3107-5876.

**Website:** [www.neppos.unb.br](http://www.neppos.unb.br) **E-mail:** [neppos.ceam.unb@gmail.com](mailto:neppos.ceam.unb@gmail.com)



## ESPAÇO DO ALUNO

### **PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CAS/DF: Do Discurso à Prática**

Este estudo analisou o discurso e a prática dos representantes das entidades no Conselho de Assistência Social do DF (CAS/DF) de modo a identificar se as representações feitas pelas entidades eleitas no CAS/DF priorizam os interesses dos usuários. Tem como base teórica a discussão acerca da cultura política brasileira e participação social. Os resultados empíricos alcançados pela autora possibilitaram identificar a existência de interesses privados e organizacionais inseridos na esfera pública, bem como a dificuldade de articulação entre os conselheiros da sociedade civil, enquanto representantes da política pública de Assistência, com a demanda dos usuários. Tal articulação é fundamental para que as políticas sociais sejam desenvolvidas de baixo para cima, uma vez que correspondem a ampliação de direitos sociais. O fortalecimento da democracia, construída no cotidiano da política, implica, portanto, a análise crítica do contexto histórico brasileiro acerca de seus determinantes culturais e políticos.

### **GRADUAÇÃO**

**Autora:**

Érica Ramos Andrade

**Orientadora:**

Profª. Marlene de Jesus S. Santos

**Data de Defesa:**

janeiro/2011

**Instituição:**

Departamento de Serviço Social (SER)/Instituto de Ciências Humanas (IH)/Universidade de Brasília (UnB)

**Resumo de:** Bruna C. da Silva

Aluna do 6º semestre de Serviço Social da UnB

### **MESTRADO**

**Autora:**

Bruno Siqueira Abe S. Miguel

**Orientador:**

Prof. Benício Viero Schmidt

**Data de Defesa:**

Setembro/2009

**Instituição:**

Programa de Mestrado em Ciências Sociais - Estudos Comparativos sobre as Américas / Universidade de Brasília (UnB)

**Resumo de:** Isadora Rodrigues M. Louzeiro

Aluna do 6º semestre de Serviço Social da UnB

### **CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: mecanismos efetivos de democracia participativa? Uma visão a partir do Programa Bolsa Família**

O autor apresenta o debate acerca da democracia participativa a partir de uma análise das Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família, descrevendo a necessidade do incentivo estatal para a consolidação da mesma no Brasil, por meio da inserção da sociedade civil nos espaços públicos. Tal prerrogativa se dá pela realidade da participação política do país, no qual a parcela vulnerável da população ainda se encontra distante dos espaços de participação, com reduzido poder de decisão e submetida, ainda, à cultura clientelista. Por meio de entrevistas com conselheiros das Instâncias em questão, o autor constatou a grande contribuição dos conselhos à construção de uma democracia participativa, trazendo à tona o contexto histórico da transição democrática no Brasil, no sentido da promoção de uma cultura política descentralizada e deliberativa. A organização dos setores marginalizados favorece novos arranjos no âmbito político para consolidar uma democracia que seja representativa e, sobretudo, participativa, e que assegure o pleno exercício da cidadania na forma da participação e deliberação efetivas.

### **CIDADANIA E TUTELA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma análise da cultura política dos gestores e de usuários na região metropolitana de Belo Horizonte**

Esta tese trata da política de assistência social, diante de práticas assistencialistas, e da cultura política do Brasil e suas influências, referenciando o processo de (re)democratização da política brasileira, cenário este marcado pela Constituição de 1988 e pela aprovação da LOAS (1993). A autora baseou-se na articulação das definições de democracia, participação e cidadania, tendo como referencial teórico Gramsci e Marx. Faz relação entre cultura política, na qual estão inseridos os gestores e os usuários da assistência social, e os fatores condicionantes para a concretização da democracia e participação, tomando por base as práticas de assistencialismo e clientelismo. Cita, ainda, a descrença dos usuários nas instituições, acarretada pela corrupção nas mesmas. A autora conclui que uma nova cultura política pode ser pensada a partir da intersetorialidade entre educação, trabalho e assistência social, visando informação e conhecimento ampliados dos usuários com relação à política de assistência social, bem como estratégias que garantam a ampliação dos espaços de participação e a confiança destes no enfrentamento da política conservadora e assistencialista.

### **DOCTORADO**

**Autora:**

Maria Raquel Lino de Freitas

**Orientador:**

Prof. Vicente de Paula Faleiros

**Data de Defesa:**

Julho/2008

**Instituição:**

Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)/ Departamento de Serviço Social (SER) / Universidade de Brasília (UnB)

**Resumo de:** Isadora Rodrigues M. Louzeiro

Aluna do 6º semestre de Serviço Social da UnB



## A Qualidade da Participação: quem são os responsáveis?

O Brasil se destaca no cenário latino americano por ter construído e consolidado uma arquitetura participativa ampla e sofisticada. Espaços de democracia participativa integram hoje o processo de formulação de políticas públicas em um número significativo de setores. No nível federal essa ampliação teve um impulso importante nos últimos anos, especialmente com a realização de Conferências em áreas onde elas não existiam antes. Os mecanismos e o desenho institucional desses espaços servem de modelo para outros países. Conselhos, conferências, orçamentos participativos, se multiplicam pelo país afora. No entanto, os trabalhos mais recentes que investigam esses espaços são quase unânimes em enfatizar os limites e as dificuldades que eles apresentam para uma participação efetiva dos setores populares (Dagnino e Tatagiba, 2007).

Se poderia pensar no paradoxo dessa situação, já que o aumento quantitativo desses espaços, possibilitado, a rigor, pela disposição positiva dos governos em responder às demandas sociais por uma maior participação nas decisões, não tem se expressado na partilha efetiva do poder que neles circula. É essa difícil partilha, a insistente resistência dos representantes governamentais em manter o controle sobre as decisões, que é apontada como uma das dificuldades mais sérias a serem enfrentadas. Um "álibi" freqüente para justificá-la tem sido a necessidade de conhecimentos técnicos, especializados, não disponíveis aos setores populares, que qualificariam e autorizariam a capacidade decisória. Se esse "estatismo tecnicista" persiste, as dificuldades pelo lado da representação da sociedade civil também não são poucas: a fragmentação, a disputa interna com tons corporativos, a representatividade

de às vezes precária, inclusive porque o esforço na aquisição dos conhecimentos necessários por parte dos representantes acaba por perpetuá-los nessa condição, limitando a rotatividade da representação.

A literatura mais recente sobre os espaços de democracia participativa ressalta essas e outras dificuldades que são, sem dúvida, reais e impedem avanços na qualidade da participação. Entretanto, a responsabilidade do Estado nesse quadro nem sempre é enfatizada com o mesmo rigor, em análises que, por isso, acabam fazendo com que as organizações dos setores populares e da sociedade civil arquem com a maior responsabilidade pela qualidade da participação. Falta ainda uma reflexão mais produtiva sobre as possíveis saídas para o que parece ser um conjunto de limites e obstáculos já crônicos na participação da sociedade. Mas falta também uma análise mais aguda dos limites do Estado e dos vários aparatos estatais e sobre o que é, de fato, sua profunda e persistente inadequação à democracia participativa, para além da eventual sofisticação do desenho institucional dos seus espaços. Evidência clara disso, embora não reconhecida como tal, é a menção, recorrentemente presente nessa literatura, à importância que assumem indivíduos chave no interior do aparato de estado, graças aos quais, de forma isolada e singular, os esforços participativos eventualmente obtêm maior sucesso. O que essa importância ilumina é a inconformidade de fundo, o desajuste entre as estruturas estatais e a participação, que a ação desses indivíduos procura de alguma maneira compensar.

O paradoxo apontado acima se fundamenta, evidentemente, na contradição entre os distintos projetos políticos em jogo nos vários espa-

ços, onde, sabemos, a correlação de forças pode ser extremamente desfavorável à partilha do poder de decisão com os representantes da sociedade. Ele pode ser desdobrado na direção daquilo que o governador Tarso Genro, no recente Seminário Internacional “Sistema Estadual de Participação: Bases Conceituais”, realizado em Porto Alegre no final de fevereiro, classificou como “o principal desafio do presente para a democracia participativa”: “a inefetividade do Estado Democrático de Direito” e o seu “déficit de conteúdo”. Como bem afirma Sergio Baierle (2011), ao comentar o pronunciamento de Genro,

Esse é o ponto, as experiências de orçamento participativo chegaram na metade do caminho, mas está faltando a outra metade. Precisamos ir além da democracia enquanto técnica de governo. Nem o Estado, nem os modelos de cidade e de desenvolvimento foram transformados de forma coerente com os espaços institucionais e não-estatais de participação. Ao contrário, internamente à máquina pública o que temos é, de um lado, a velha estrutura burocrática tradicional e, de outro, a reforma estilo Bresser Pereira, nossa adaptação local das reformas de Reagan e Thatcher: privatização, descentralização, focalização.

Aqui, forma e conteúdo são deficitários e sabotam os espaços participativos, cuja multiplicação os movimentos sociais e a sociedade civil se desdobram bravamente para ocupar com qualidade. A partir dessa perspectiva, a qualidade, as dificuldades e limites da democracia participativa ganham outra escala: o seu desafio maior está em outros lugares e exige, portanto, outras reflexões e outras estratégias. Isso não significa, é claro, o abandono do investimento - em teoria e em prática - hoje acumulado em torno dos espaços participativos. Mas talvez signifique a exigência de ampliar o foco desse investimento e explo-

rar mais profundamente as conexões entre os limites neles incrustados e esse déficit mais amplo e profundo.

Nessa perspectiva, a análise e avaliação da qualidade da participação devem ter como horizonte não apenas - e, talvez, nem principalmente - as deficiências da representação da so-

ciedade civil, mas os limites paradoxalmente impostos pelas estruturas estatais. Desafiar um Estado que adotou - e multiplicou - espaços participativos e que, ao mesmo tempo, se manteve intocado em dimensões que confrontam diretamente a participação, afetando profundamente a sua qualidade, pode produzir, analítica e politicamente, resultados importantes. Reinventar a gestão pública é seguramente uma

tarefa gigantesca para a qual os espaços participativos e seus partícipes têm contribuído, mas que transcende o seu poder de fogo e requer não apenas articulações políticas mais amplas, mas também um olhar que se estenda para além das suas fronteiras.

#### Referências:

DAGNINO, E. e TATAGIBA, L. (orgs.). *Democracia, Sociedade Civil e Participação*. Chapecó: Argos, 2007.

BAIERLE, S. 2011. A transformação democrática do Estado para além dos espaços de interação com a sociedade. [www.ongcidade.org](http://www.ongcidade.org). Consultado em 12\03\2011.

\* Graduada em Jornalismo (UFRS), Mestre e Doutora em Ciência Política (Stanford University). Professora Titular da Universidade Federal de Campinas (Unicamp) com vasta experiência nos seguintes temas: movimentos sociais, cidadania, democracia e democratização.



## DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NO CAPITALISMO



Entrevista com a Prof.<sup>a</sup> Raquel Raichelis, assistente social e doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Professora do Departamento de Fundamentos do Serviço Social da Faculdade de Ciências Sociais da PUC/SP.

### PROF.<sup>a</sup> RAQUEL RAICHELIS

**POLITIZANDO: A partir do final dos anos 1980 arranjos institucionais de democracia participativa emergem e se multiplicam no Brasil. Como avalia essas experiências num contexto marcadamente neoliberal?**

**Raquel Raichelis:** As bases sociais e políticas dessas experiências no Brasil remontam aos finais dos anos 1970 e inícios dos 80, quando um conjunto de mobilizações políticas emergiu da clandestinidade, como: as grandes greves metalúrgicas da região do ABC paulista, a luta pela anistia, o novo sindicalismo, as comunidades de base, os movimentos de favelas, de mulheres, etc. que confluíram para a luta contra a ditadura e desaguaram na Constituição Federal de 1988. A novidade desse vigoroso cenário, que não era homogêneo, foi a possibilidade de renovação dos espaços e sujeitos da luta política, além de articulação de diferentes grupos e segmentos da esquerda excluídos da política pela repressão, e aqueles que, engajados na democratização, apontavam para um *novo modo de fazer política*. Nesse contexto, generalizou-se a idéia de que os mecanismos tradicionais da democracia representativa não eram capazes de absorver demandas sociopolíticas cada vez mais abrangentes, que requeriam novos condutos de expressão e reconhecimento. Surgiu, o assim denominado *projeto democrático-popular*

marcado por uma *aposta política*, na expressão de Dagnino e Feltran, que se traduz na possibilidade de democratização conjunta do Estado e da sociedade civil. Esse contexto possibilitou a experimentação de processos de inovação democrática na gestão pública, bem como de nova *arquitetura* da participação popular, particularmente em âmbito municipal, expressos por um conjunto de mecanismos de controle da sociedade sobre o Estado (conselhos gestores e de direitos, orçamento participativo, fóruns de políticas públicas, audiências públicas). Esse movimento, contudo, foi atropelado pela lógica neoliberal, a partir dos anos de 1990, estando atualmente polarizado em torno de duas grandes tendências: a *primeira* vem buscando problematizar as tensões e contradições que se colocam na relação Estado/sociedade civil e continua apostando na importância dos conselhos, fóruns, etc., que devem ser fortalecidos com a representação de segmentos populares - entendendo que a luta pela radicalização democrática no Brasil pode ampliar a esfera pública. A *segunda tendência* enfatiza o desmanche neoliberal e identifica a existência de uma profunda crise da política, que impede os setores populares de se apresentarem nos espaços públicos como sujeitos legítimos e serem reconhecidos em suas demandas e direitos. Destaca ainda que esses espaços anulam a fala das classes subalternas e estariam dominados pelo pragmatismo, pela técnica, pela lógica da gestão, pela privatização, que impedem o dissenso e a própria democracia. Eu aposto na primeira tendência, apoiada no "pessimismo da razão e no otimismo da vontade", parafraseando Gramsci.

**POLITIZANDO: Como analisa o discurso corrente da parceria entre Estado e sociedade na execução de programas sociais associados às chamadas políticas públicas de "nova geração", geralmente ditadas por Organismos Internacionais?**

**Raquel Raichelis:** Essas propostas de parceria emergem no contexto de avanço do neoliberalismo e da posta em marcha das medidas de ajuste macroeconômico, que desencadeiam o que alguns autores denominam de *ajuste estrutural das cidades*, entendido como o conjunto de políticas urbanas e sociais disseminado pelas agências multilaterais, como Banco Mundial e BID. Dentre elas, merecem destaque as de "nova geração", como os Programas de Transferência de Renda

(PTR), que visam minimizar o impacto social das medidas neoliberais de estabilização financeira. Essa dinâmica sociopolítica exige a desmontagem crítica de um discurso aparentemente homogêneo e consensual, no qual as próprias categorias sociedade civil e Estado precisam ser revistas, pois sofrem um *deslizamento semântico*, sendo apropriadas por diferentes sujeitos a partir de visões e projetos políticos distintos e, não raro, antagônicos. Sem pretender esgotar a análise, destaco duas dinâmicas societárias em curso: de um lado, a forte expansão do chamado *associativismo civil*, identificado por um conjunto amplo de entidades sociais, ONGs, organizações empresariais, associações comunitárias, que disputam o acesso ao fundo público para execução de projetos, serviços e programas nas diferentes políticas sociais. Essas organizações passam a assumir, e muitas vezes a substituir, tarefas estritamente estatais, numa ambiência neoliberal de exaltação do privado (mercado) e desconstrução ideológica de tudo que é público e estatal. Em decorrência, de outro lado, dissemina-se uma versão *comunitarista* como sinônimo de "terceiro setor", que mais atrapalha do que ajuda a dar conta dessa dinâmica complexa que envolve a sociedade civil. Há uma atualização do *mito da comunidade*, que os (as) assistentes sociais conhecem bem, sendo a sociedade vista como um todo orgânico e indiferenciado de organizações unidas por laços de solidariedade e voltadas à realização de um suposto *bem comum e interesse público*. Trata-se de uma perspectiva que passa por cima das clivagens das classes sociais, dos conflitos e contradições expressos por projetos políticos em disputa. Como resultado, essa sociedade civil perde o sentido da crítica que a caracterizou na luta contra ditadura, contribuindo para despolitizar a questão social e as relações entre Estado e sociedade. E tudo isso tem levado a uma reconversão da *questão social* para a temática do enfrentamento da pobreza, freqüentemente assumida pelos governos locais através de programas seletivos e focalizados.

**POLITIZANDO: Atualmente, há uma crescente demanda do Estado pela contratação de assistentes sociais para trabalharem nos Conselhos Gestores, Orçamentos Participativos e instituições congêneres. O que pensa dessas novas demandas dirigidas ao Serviço Social?**

**Raquel Raichelis:** É no âmbito dessas políticas e programas no espaço local, nos municípios, nas cidades, nas prefeiri-

turas que se localiza o grande contingente de assistentes sociais. Por isso, é fundamental aprofundar o debate profissional sobre esse novo protagonismo das cidades na produção e gestão das políticas públicas de "nova geração". Tal processo levou a uma revalorização da instância local, acompanhada da ampliação do *discurso participacionista*. Não há hoje nenhum sujeito coletivo, nenhuma organização social que não fale em participação, categoria que assume um caráter polissêmico que precisa ser desvendado. O deslocamento do debate da *questão social* do leito estrutural da desigualdade própria da sociedade burguesa, para a agenda da pobreza e da valorização da "sociedade civil" num cenário de fortalecimento das organizações do chamado "terceiro setor", traz como consequência uma reorientação das políticas sociais para a ótica gerencial. Observa-se uma dinâmica que substitui a política pela gestão, enfatiza as parcerias público-privadas e tem como base a gestão empresarial voltada à produtividade e à eficiência na administração de recursos humanos, materiais e financeiros. Neste contexto, o Serviço Social precisa enfrentar o desafio da *interlocução pública*. Isto exige dos assistentes sociais capacitação teórica e técnica, mas também ético-política, para que possam assumir o papel de agentes públicos e contribuir para a universalização das políticas sociais e ampliação de direitos das classes subalternas. Diante das demandas aos assistentes sociais para atuarem nos conselhos, OP's e demais esferas de controle social, considero que estes deveriam contribuir para: contrapor-se à tendência de despolitização da sociedade civil, a partir de uma intervenção pública que conduza à explicitação das diferenças entre os projetos políticos em disputa; estimular a participação dos movimentos sociais e das organizações populares, especialmente dos usuários das políticas sociais públicas; estabelecer processos de interlocução entre sociedade civil e Estado, que possam fortalecer iniciativas democratizantes no interior dos aparatos governamentais; e desencadear ações que estimulem o desenvolvimento da sociabilidade pública, capaz de refundar a política como esfera de criação e universalização de direitos.

#### **PROF. REBECCA ABERS**

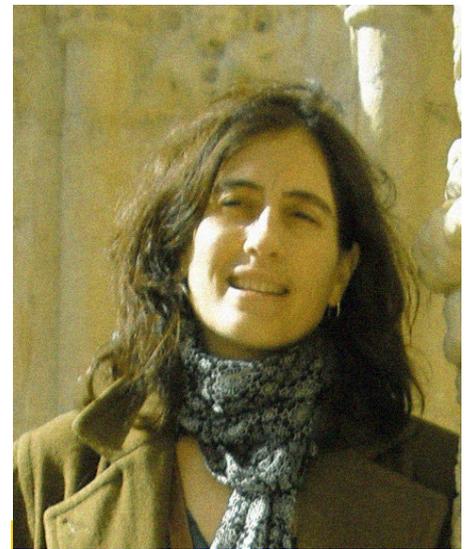
**POLITIZANDO: Quais as principais diferenças entre democracia representativa e democracia participativa, ou direta, nos termos da Constituição Federal brasileira vigente?**

**Rebecca Abers:** Existem três conceitos distintos. Democracia representativa envolve processos de eleição de representantes. Tradicionalmente, nesse sistema, a única forma de participação do cidadão é no ato de votar e as de-

cisões públicas são tomadas por representantes eleitos. A democracia participativa envolve a participação de cidadãos em processos decisórios mais complexos, normalmente em assembleias ou discussões face a face. Alguns autores, especialmente os ligados à tradição marxista, chamam a democracia participativa de "direta" e normalmente visualizam um sistema "piramidal" no qual conselhos de cidadãos ou de trabalhadores decidem sobre assuntos mais próximos ao seu cotidiano e elegem delegados para decidir sobre assuntos maiores. Na Constituição Brasileira, existe um terceiro tipo de participação - o plebiscito e o referendo - às vezes chamados de "democracia direta". Neste caso, o cidadão participa individualmente, porém, em vez de votar em representantes, vota em assuntos legislativos.

**POLITIZANDO: Com a crise de representação política no Brasil, iniciou-se um debate em torno dos limites da democracia representativa. Quais são esses limites? E quais as possibilidades de coexistência construtiva da democracia representativa com a participativa?**

**Rebecca Abers:** A representação é necessária em qualquer democracia minimamente complexa, já que é impossível todos participarem de todas as decisões. No entanto, a representação é inerentemente paradoxal, como diz Hannah Pitkin: nenhum corpo pequeno de representantes é capaz de pensar e agir como agiriam milhares ou milhões de pessoas. Além disso, na prática, a democracia representativa tem privilegiado elites políticas e econômicas, excluindo interesses da maioria da população. A democracia participativa não deve ser concebida como substituto da democracia representativa. Até os conceitos marxistas de democracia através de conselhos locais ou de fábrica, propunham complexos sistemas de representação (ou delegação). Assim, a participação deve ser compreendida como um mecanismo complementar à representação, visando à melhoria do relacionamento entre governo e povo. Isso por que: a) quanto mais os cidadãos tenham chance de participar nas discussões políticas, mais conscientes serão como eleitores de representantes; e b) em sociedades complexas, nenhum representante é capaz de compreender todos os detalhes de todos os problemas políticos e sociais que governos precisam enfrentar. A solução tradicional é entregar a administração pública aos "técnicos" da burocracia. Porém, a burocracia tende a ser pouco sensível aos anseios e problemas da sociedade. Arenas decisórias nas quais participam atores da sociedade civil podem, assim, servir como mecanismos para garantir maior comunicação entre o processo decisório e a população. Ou seja, a democracia participativa é necessária, como complemento, não so-



**Entrevista com a Prof. Rebecca Abers, doutora em Planejamento Urbano pela University of California (Los Angeles/EUA). Professora do Departamento de Ciência Política da UnB/DF.**

mente à democracia representativa, mas também à burocracia.

**POLITIZANDO: No Brasil, apesar do processo de redemocratização, a partir do final dos anos 1980, e dos avanços formais no campo dos direitos de cidadania, persistem o clientelismo, autoritarismo e patrimonialismo. Como analisa a presença desses elementos frente ao intento de se instituir a democracia no país?**

**Rebecca Abers:** As melhores experiências democratizantes funcionam bem porque em vez de negar o passado, o reconstrói. Um exemplo é o orçamento participativo, que, em algumas cidades, promoveu a democracia justamente porque "re-direcionou", para outro tipo de processo decisório, interesses e preocupações antes beneficiados pelo clientelismo urbano. Se o clientelismo se alimenta do desejo da população por infra-estrutura comunitária, e a vontade dos políticos é a de ganhar eleições, um novo sistema decisório que estimulava a discussão pública sobre a distribuição de obras e serviços foi capaz, ao mesmo tempo, de ganhar apoio popular e re-eleger políticos inovadores. No entanto, tais resultados não são automáticos: não basta implementar uma nova estrutura organizacional e esperar que a democratização das decisões ocorra. O processo de democratização é uma construção política que não pode ser feita apenas através da implementação técnica de novos modelos decisórios, nem de leis que formalizam conselhos gestores ou outros mecanismos participativos.



Este livro, fruto da tese de doutorado de Heloisa Maria José Oliveira, constrói entendimento sobre a prática da política de assistência social como direito constitucional, considerando o ambiente histórico de cultura política pautado no favor que permeia a sua execução como sistema descentralizado e participativo. A autora conclui, no percurso de pesquisa, que os gestores

da assistência social, embora empenhados na garantia de direitos, ainda reproduzem aspectos da cultura política clientelista e patrimonialista historicamente construída no Brasil, o que afeta o cotidiano da política pública analisada. Para tanto, a autora percorreu um caminho de construção histórica e teórica dos temas da democracia, tecnocracia e cultura política relacionados à política social, com rico debate teórico que embasa a análise da pesquisa de campo realizada em Santa Catarina, mas cujos resultados são plenamente generalizáveis para a realidade brasileira como um todo. Uma rica revisão bibliográfica e um texto aprazível e dinâmico resumem o conteúdo deste livro.

**Referência:** OLIVEIRA, Heloisa Maria José. *Cultura Política e Assistência Social: uma análise das orientações de gestores estaduais*. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

Por Marlene de Jesus Silva Santos

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília/UnB

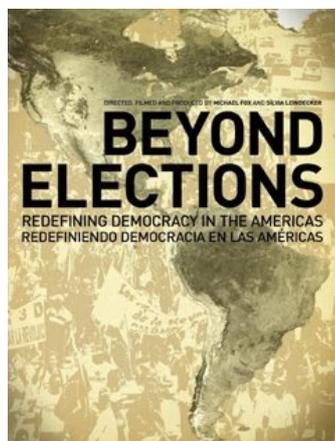


Neste livro, Angela Neves analisa criticamente o tema da democracia participativa através de elementos da cultura política dominante enraizada na sociedade brasileira, a exemplo do clientelismo, do fisiologismo e do personalismo. O foco de suas argumentações são as complexas relações entre participação e representação

tratadas a partir da implantação de arranjos participativos no âmbito dos municípios brasileiros. Para tanto, a autora realiza um minucioso estudo sobre a experiência de Orçamento Participativo de Barra Mansa/RJ, destacando o conceito-chave de espaço público como locus fundamental para a democratização da sociedade civil e construção democrática. Este conceito é qualificado pela autora através da análise sobre os padrões de cultura política dominantes na nossa sociedade associados ao fazer político dos atores sociais, como o personalismo e o clientelismo na política. Suas articulações e argumentações apresentam um rico cenário de possibilidades e limites para democracia diante do desenvolvimento de experiências de articulação entre participação e representação, apresentando para o debate científico a complexidade da relação entre sociedade civil e Estado no aprofundamento e radicalização da democracia.

**Referência:** NEVES, Angela Vieira. *Cultura Política e Democracia Participativa: um estudo sobre o orçamento participativo*. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

Por Suellem Henriques da Silva  
Mestre em Ciência Política pela UFF/RJ  
Pesquisadora do GEPEDSS



Este filme procura analisar o significado da democracia na sociedade capitalista ressaltando a sua importância na América Latina. Para tanto, busca mostrar as distinções entre democracia representativa e sua crise e a democracia participativa a partir de novas formas de participação da sociedade nas decisões das políticas públicas por meio de vários arranjos participativos. Ademais, questiona e desvenda o que seria a democracia real a partir da ampliação da participação da sociedade civil nas decisões sobre o orçamento e sobre as políticas públicas. Neste filme, experiências de participação em diferentes países são exibidas e analisadas, tais como, Venezuela, Brasil, Estados Unidos, Uruguai e França, nas quais procura mostrar a relação entre o Estado e a sociedade civil na ampliação da participação desta nesses novos arranjos participativos colocando em xeque a democracia liberal e representativa.

**Referência:** LEINDECKER, Sílvia e FOX, Michael. *Beyond Elections: Redefining Democracy in the Americas*. PM Press/Estreito Meios Productions. 104 minutos, 2008.

Por Arina Cynthia dos Santos Costa  
Aluna do 2º semestre de Serviço Social da UnB